

Estudo das dissertações de mestrado profissional em segurança pública de universidades brasileiras

RESUMO

palavras-chave:
Mestrado Profissional.
Segurança Pública.
Dissertação.

Este artigo mapeou os Mestrados Profissionais em Segurança Pública realizados em programas de universidades brasileiras, examinando as áreas temáticas, os principais autores e as instituições de origem ou atuação profissional. Realizou-se uma busca na plataforma Sucupira das dissertações de Mestrados Profissionais em Segurança Pública, fazendo uso da bibliometria. A pesquisa conseguiu identificar que os assuntos mais estudados no biênio 2016-2017 são atividade policial, delinquência juvenil e violência de gênero, mas sempre levando em consideração fatores locais. Os seus principais autores são discentes oriundos de órgãos que têm relação direta com a segurança pública, tais como as polícias militares e polícias civis. Os estados que concentram esses cursos de *strictu sensu* são norte, nordeste e sudeste. Com isso, evidenciou que os assuntos mais investigados nesses programas de mestrados variam de acordo com as especificidades de cada região em que estão localizados. As regiões aonde os cursos de mestrado e doutorado ainda não estão muito bem estabelecidos e reconhecidos são as que mais oferecem tal mestrado profissional.

ABSTRACT

key-words:
Professional Master.
Public Safety.
Dissertation.

This article mapped the Professional Masters Degrees in Public Security held in Brazilian university programs, examining the thematic areas, the main authors and the institutions of origin or professional practice. A search was carried out on the Sucupira platform of the Master's Degree in Public Safety dissertations, using bibliometrics. The research was able to identify that the most studied subjects in the 2016-2017 biennium are police activity, juvenile delinquency and gender violence, but always taking into consideration local factors. Its main authors are students from organizations directly related to public security, such as military police and civil police. The states that concentrate these *strictu sensu* courses are north, northeast and southeast. As a result, it showed that the subjects most investigated in these master's programs vary according to the specificities of each region in which they are located. The regions where masters and doctoral programs are not yet well established and recognized are the ones that offer the most professional masters degrees.

1 INTRODUÇÃO

O debate sobre segurança pública cresceu à medida que seus efeitos se tornaram impactantes tanto para sociedade quanto para os Governos. Em meio a uma crescente onda de violência essa temática passou a fazer parte das mesas-redondas de diversos fóruns acadêmico-científicos, assim como de gestores e formuladores de políticas públicas de diversos setores. Atualmente, é consensual a tese de que a questão da violência exige uma maior articulação entre os governos e instituições públicas.

Este artigo buscou mapear os Mestrados Profissionais em Segurança Pública realizados em universidades brasileiras uma vez que são ferramentas capazes de oferecer estudos, análises, avaliações e ações aplicáveis a essas políticas, munindo os gestores das instituições de segurança pública de assuntos que estão sendo estudados no país em termos de segurança pública. A pesquisa torna-se relevante a partir da necessidade de estabelecer políticas públicas de segurança e políticas institucionais pautadas em diagnósticos qualificados do problema e caracterizadas pela proposição de ações que

* Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia/UFU.
dra.andreavieira@gmail.com.

** Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília/UnB.
tftteen@gmail.com.

** Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás/UFG.
leondenis1978@gmail.com.

consideram o aspecto multicausal da violência.

Quais temas ou conteúdos os Mestrados Profissionais em Segurança Pública estão estudando? Quais seus principais autores? Quais os órgãos de atuação profissional desses autores?

O mapeamento dos Mestrados em Segurança Pública, bem como fazer um levantamento e catalogar suas áreas temáticas, seus autores e respectivos órgãos de atuação profissional são os objetivos a serem tratados nesse trabalho. Sendo que este estudo se deu através da bibliometria que pode ser definida como a aplicação de métodos estatísticos e matemáticos na análise de obras literárias (PRITCHARD, 1969). Os dados serão coletados do repositório autorizado do Ministério da Educação contidos na Fundação Capes.

2 SEGURANÇA PÚBLICA E MESTRADOS PROFISSIONAL

A segurança da sociedade aparece como condição fundamental para a garantia de direitos e o cumprimento das obrigações estabelecidas nos sistemas legais. A segurança pública é vista como uma importante demanda social que precisa que as estruturas do Estado e de outras organizações da sociedade sejam eficazes. As instituições ou órgãos públicos responsáveis pela adoção de ações destinadas a garantir a segurança da sociedade são denominadas de sistema de segurança pública, tendo como eixo político estratégico a política de segurança pública, ou seja, a soma de ações desenhadas nos planos e programas, e, executadas como maneira de assegurar a segurança individual e coletiva (SILVA, CARVALHO, 2010)

Na visão dos autores referidos acima a problemática da segurança pública despertou a atenção de vários estudiosos, bem como da sociedade e dos governos. As ferramentas de combate do crime e da violência têm se mostrado incapazes de proporcionar segurança individual e coletiva. No marco do processo de constituição da política de segurança pública, são desenvolvidos os mecanismos e estratégias para o enfrentamento da violência e criminalidade que atingem o meio social. A atuação da sociedade através de suas instituições representativas é de extrema importância para o desenho de qualquer política pública. A dificuldade da questão acarreta a indispensabilidade de participação social efetiva, como meio de democratizar o aparato estatal no sentido de garantir a segurança do cidadão.

O Estado e a sociedade têm como obrigação desempenhar papéis primordiais na delimitação de estratégias e poderes políticos que legitimem o processo pelo qual as políticas públicas são desenvolvidas. Neste confronto, os interesses e contradições, próprios à dinâmica das relações entre os governantes e os governados, integram as bases da construção política.

Isso revela que a organização da sociedade por intermédio de instituições representativas permite um poder maior de pressão em face do Estado a fim de que se realize a atenção das demandas estimadas pela própria sociedade.

De acordo com Silva e Carvalho (2011), os trabalhos realizados pelos diversos governos e pela sociedade, desde 2009, através de debates em conferências públicas, demonstrando a atuação da sociedade na edificação de princípios e diretrizes para a política de segurança pública, mostram a perspectiva de fortalecimento de uma política de Estado que compreende a segurança pública como um ponto transversal e

multifacetada.

Nessa linha de reflexão, é necessário incluir que o processo de organização da política de segurança pública requer quebras ou mudanças de padrões, a estruturação de atividades específicas aliadas a projetos sólidos e permanentes que levem em conta as circunstâncias sociais que cada cidadão esta inserido. Os progressos no fortalecimento de uma política de segurança pública no Brasil, baseada em princípios democráticos de solidariedade e dignidade do ser humano, apontam que as dificuldades a serem superadas tornam imprescindíveis o exercício da cidadania com base nos direitos de igualdade e na justiça social.

As polícias militares são órgãos de segurança pública que estão à disposição da população por meio de um telefone gratuito ou aceno de mão em qualquer lugar, e pode ser identificada de relance pela farda, que possui a competência constitucional de manutenção e preservação da ordem pública, não podendo deixar de se desenvolver e buscar se adaptar as mudanças necessárias para melhor geri-la, acompanhando sempre a demanda da população, e isso depende muito da capacidade de gestão de seus comandantes e em se ter um planejamento estratégico bem definido. Na verdade, o objetivo fundamental de todos os esforços para melhorar a polícia é aumentar sua capacidade de prestar serviços de alta qualidade aos cidadãos e prepará-la para fazê-lo de forma que seja consistente com os valores democráticos e que os apoie.

A competência é entendida como uma união de conhecimentos, experiências e comportamentos que são exercidos em circunstâncias necessárias, que será validada e verificada quando utilizada em situação profissional. (ZARIFIAN, 2001)

No processo de desenvolvimento de competências, cinco tipos de conhecimento estão presentes, a saber: O conhecimento teórico, que é compreensão e interpretação, adquirido na educação formal e continuada; conhecimento sobre procedimentos, isto é, saber como proceder, que é adquirido tanto na educação formal como na experiência profissional; o conhecimento empírico que nada mais é do que a experiência profissional; o conhecimento social, que é obtido através da experiência profissional e social; conhecimento cognitivo, alcançado pela educação formal e continuada e por experiências sociais e profissionais, que traz a capacidade do indivíduo de saber como lidar com a informação e como aprender. Em suma, a competência é exercida em consequência do conhecimento adquirido pelas experiências profissionais e sociais, passando pela educação formal (FLEURY E FLEURY, 2000).

Os Mestrados Profissionais trabalham o conhecimento teórico, conhecimento sobre procedimentos e o conhecimento cognitivo do desenvolvimento de competências. O Mestrado Profissional pode ser entendido como uma espécie de formação de pós-graduação que abre uma ampla variedade de modelos específicos para o seu funcionamento. É a preparação para o desempenho profissional através da inclusão do método científico. Visa um público, preferencialmente externo à academia e destina-se à gestão, produção e aplicação de conhecimentos voltados à pesquisa aplicada à solução de problemas e à proposta de novas tecnologias.

Os Mestrados Profissionais são um fato um tanto recente na pós-graduação brasileira. Surgiram nos anos 90, porém, sua regularização ocorreu, pela Capes, apenas com a publicação da Portaria n ° 080/98, quando se aderiu a este tipo de mestrado (BARROS, VALENTIM E MELO, 2005).

Antes disso, já existia o Parecer 977/65, do Conselho Federal de Educação, mais conhecido como Parecer Sucupira, devido ao sobrenome de seu relator - Newton

Sucupira. Este Parecer foi o primeiro documento a tratar a educação profissional de forma fundamental, ressaltando que garantir a capacitação eficiente dos profissionais para atender as necessidades de desenvolvimento nacional em todos os setores, é um dos principais motivos para o estabelecimento do sistema de cursos de pós-graduação (BRASIL, 1965).

Apesar das recomendações contidas no Parecer Sucupira, o mestrado acadêmico foi, por vários anos, o único formato de pós-graduação reconhecido no nível de mestrado no Brasil. Após 30 anos do Parecer Sucupira, em 1995, a Capes instalou uma comissão composta por seis acadêmicos e dois representantes dos setores produtivos, a fim de conhecer as necessidades do mercado de trabalho e estudar a viabilidade da proximidade dos cursos *stricto sensu* com o cenário de negócios (BARROS, VALENTIM E MELO, 2005).

O trabalho da comissão resultou em um documento intitulado “Mestrado no Brasil: a situação e uma nova perspectiva”. Com base nesse documento, a gestão colegiada da Capes elaborou uma proposta intitulada “Programa de Flexibilidade do sentido restrito do modelo de pós-graduação em nível de mestrado” e a qual foi apresentada ao Conselho Superior da agência. Ulteriormente esse documento foi convertido na Resolução 1/95, que, por sua vez, originou a Ordem 47/95, que diferenciava os Mestrados Acadêmicos, até então o único em vigor no Brasil, dos Mestrados Profissionalizantes, como eram chamados os Mestrados Profissionais em sua origem (FISCHER, 2010).

Posteriormente, Portaria 47/95 foi revogada pela portaria 80/98 que trata respeito da certificação dos Mestrados Profissionais. A Portaria também destaca que os cursos da categoria profissional serão supervisionados e avaliados, apontando as exigências para essa avaliação, além de estabelecer o tipo de instituição que pode ser reconhecida para ofertar esse tipo de curso (BRASIL, 1998).

Em 2009, a publicação da Portaria Normativa nº 7 de 22/2009 trouxe avanços na legislação do Mestrado Profissional, inserida no contexto do curso de pós-graduação. No mesmo ano, a portaria 17 publicada em 28 de dezembro, mantendo os mesmos pontos da Portaria publicada anteriormente, mas acrescentando alguns parâmetros de monitoramento e avaliação trienais para os cursos (BRASIL, 2009a, 2009b).

Fazendo uma análise do mestrado profissional em uma dimensão social, observa-se que essa modalidade de pós-graduação surge justamente para enfrentar a carência da sociedade, mas especificamente de setores como a indústria ou mesmo setores da administração pública, já que atualmente a maioria das atividades desenvolvidas requer um grau de qualificação que só a graduação não é capaz de cumprir. Nesse sentido, os Mestrados Profissionais conseguem oferecer uma formação mais orientada.

Os Mestrados Profissionais abrangem diversas áreas, sendo uma delas a segurança pública, a qual é objeto de pesquisa do presente trabalho. A respeito dos Mestrados em Segurança Pública, um documento elaborado pela CAPES relata as apresentações, debates e conclusões do Workshop sobre Mestrado Profissional em Segurança Pública e Justiça Criminal, realizado nos dias 19 e 20 de abril de 2010, na sede da CAPES em Brasília, por iniciativa do Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública (DEPAID) da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, em parceria com a CAPES/ MEC.

Este documento traz a importância do Mestrado Profissional em Segurança Pública em razão de: sua relevância no cenário nacional das políticas sociais como

substrato para preservar, sustentar e garantir os direitos fundamentais dos cidadãos; sua dimensão de instrumentalização essencial dos direitos numa determinada ordem política; sua contribuição para a sustentação pacífica do estado democrático de direito; propiciar a formação de um corpo docente qualificado que possa apoiar as atividades de ensino nas Graduações Tecnológicas em Segurança Pública, nas especializações e áreas fins, bem como nas Academias e Centros de Formação das Instituições de Segurança Pública do país.

Ainda, segundo o documento, esta modalidade de mestrado deve oferecer conteúdo teórico-conceituais e metodológicos aos profissionais, aprimorando seu desempenho a partir de uma atuação mais crítica, reflexiva e criativa nos seus ambientes de prática profissional. Deve ainda dotar esses profissionais dos instrumentos e procedimentos que os habilitem a aprimorarem-se, permanentemente, com o conhecimento científico em contínua mudança e atualização. O Mestrado Profissional deve assim ser uma estratégia de produção de conhecimento sobre segurança pública que valorize os saberes e práticas profissionais em diálogo com os acervos técnico-científicos e metodológicos disponíveis.

3 METODOLOGIA

O objetivo deste trabalho foi mapear os Mestrados Profissionais em Segurança Pública no Brasil. Especificamente catalogar as áreas temáticas, os principais autores e os órgãos de atuação funcional a partir das dissertações produzidas.

Nº	Variável	Fonte de Coleta	Definição
01	Programas de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Segurança Pública	Sucupira	Levantamento dos Programas de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Segurança Pública em funcionamento no Brasil.
02	Instituições de Ensino	Sucupira	Levantamento Instituições de Ensino que oferecem Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Segurança Pública.
03	Áreas temáticas	Dissertações	Levantamento das áreas temáticas estudadas pelos Mestrado Profissional em Segurança Pública
04	Autores	Dissertações	Levantamento da quantidade de autores de cada artigo, bem como os tipos de autoria.
05	Órgão de atuação dos autores	Plataforma Lattes	Levantamento dos órgãos de atividade profissional dos autores.

Tabela 01- Descrição das Variáveis.

Fonte: Autoria própria.

Para a elaboração desta pesquisa, foi realizado um levantamento teórico-bibliográfico da literatura com temas relacionados, bem como um estudo documental-exploratório e descritivo, apoiado no referencial teórico-metodológico da bibliometria e análise qualitativa.

Na visão de Vanti (2002), a bibliometria pode ser entendida como uma área cujo ponto central é a utilização de métodos quantitativos na busca de uma avaliação objetiva da produção científica e que lida principalmente com a produção gerada em determinadas áreas e em diferentes formatos de divulgação. Portanto, a bibliometria é a medição técnica quantitativa e estatística dos índices de produção e difusão do conhecimento científico e tem como finalidade o estudo e avaliação de atividades científicas de produção e comunicação (FONSECA, 1986).

O universo de pesquisa foi constituído pelos Programas de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Segurança Pública reconhecidos pela CAPES. A CAPES (Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior) é o órgão do Ministério da Educação responsável pelo reconhecimento e a avaliação de cursos de pós-graduação

stricto-sensu, quais sejam o mestrado profissional, mestrado acadêmico e doutorado em âmbito nacional.

O acesso ao universo de Programas de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Segurança Pública foi possível através da Plataforma Sucupira, por meio da COLETA CAPES usando a palavra-chave “segurança pública” no campo Dados Cadastrais do Programa.

Desse universo, que totaliza 05 programas, serão retiradas amostras da pesquisa composta pelas dissertações do biênio 2016-2017. O acesso às dissertações de Mestrado Profissional em Segurança Pública foi possível através da Plataforma Sucupira, no referido biênio, por meio do Catalogo de Teses e Dissertações localizado em DADOS E ESTATISTICAS no campo Dados Abertos. A filtragem das dissertações de Mestrado Profissional em Segurança Pública foi possível através da inserção do código do programa Nesta amostra serão analisadas as variáveis: áreas temáticas, autores e os órgãos de atuação profissional dos autores.

A Plataforma Sucupira é uma ferramenta para coletar as informações e leva esse nome em homenagem ao professor Newton Sucupira, autor do documento que institucionalizou a pós-graduação brasileira nos moldes atuais. A ferramenta executa o gerenciamento operacional de todos os processos (CAPES, 2009).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a coleta de dados através na Plataforma Sucupira, foram encontrados 05 (cinco) Programas de Mestrado Profissional em Segurança Pública os quais estão distribuídos em 05 (Cinco) diferentes Universidades. As Universidades que oferecem o Mestrado Profissional em Segurança Pública estão localizadas em 03 regiões distintas, região norte, nordeste e sudeste do país, sendo: Universidade Federal da Bahia (UFBA), região Nordeste; Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Estadual do Amazonas (UEA) e Universidade Estadual de Roraima (UERR), região Norte; Universidade Vila Velha (UVV), Espírito Santo, região Sudeste.

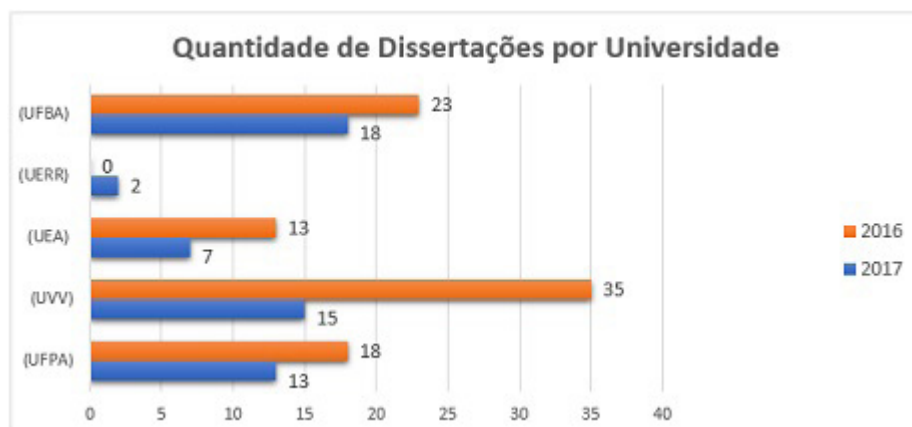
Um dos objetivos do trabalho em questão é a análise dos temas mais explorados pelos discentes dos cursos de Mestrado em Segurança Pública. Para tanto, foi analisado as dissertações produzidas por esses estudiosos no biênio 2016-2017. De acordo com Barros, Valentim e Melo (2005) os Mestrados Profissionais são uma espécie de formação de pós-graduação que visa a preparação para o desempenho profissional através da inclusão do método científico. Visa um público, preferencialmente externo à academia e destina-se à gestão, produção e aplicação de conhecimentos voltados à pesquisa

aplicada à solução de problemas e à proposta de novas tecnologias.

REBESP
v. 12, Especial
2019

Gráfico 1: Quantidade de Dissertações por Universidade

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações, 2016-2017.



De acordo com o gráfico, observa-se que, no ano de 2016, a Universidade Vila Velha foi a que teve mais produções, totalizando 35 dissertações. A Universidade Estadual de Roraima, por sua vez, não teve nenhuma produção no ano de 2016, isso se deu porque o programa foi recomendado somente no ano de 2015 e teve início no ano de 2016. Já no ano de 2017, a Universidade Federal da Bahia lidera o ranking das produções com 18 dissertações, enquanto a Universidade Estadual de Roraima teve apenas 02 produções.

Além de saber a quantidade de dissertações produzidas, também é importante saber quais os assuntos mais estudados pelos Mestrados em Segurança Pública, visto que, com isso, é possível ficar por dentro dos temas considerados mais relevantes para os estudiosos dessa área, além de ser de grande importância para o processo de desenvolvimento de competências dos gestores. De acordo com Fleury (2000), para concretização desse processo de desenvolvimento de competências são necessários 5 tipos de conhecimentos, dentre eles está presente o conhecimento teórico, que é compreensão e interpretação, adquirido na educação formal e continuada. Ao analisar as dissertações dos Mestrados Profissionais em Segurança Pública é possível desenvolver esse conhecimento teórico, que faz parte do desenvolvimento de competência.

Da análise dessas dissertações foi possível verificar qual tema foi mais prevalente em cada um dos Programas. A começar pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi possível perceber que o assunto mais abordado foi o policiamento comunitário, o qual representa 17,07 % das 41 dissertações produzidas no biênio 2016-2017. Importante mencionar que das 07 dissertações que trataram do assunto, 06 discorreram sobre a importância da implantação de bases comunitárias para auxiliar o trabalho da polícia. Outro tema bastante recorrente nas produções desse programa foi a respeito da atividade policial, representando 14,63% das dissertações. Dentro da atividade policial foi discutido a sua atuação no que se refere à violência policial, etiquetamento feito pelos policiais às pessoas, discriminação, a representação social do policial, bem como o controle externo exercido pelo Ministério Público.

Ao fazer uma comparação das origens das dissertações que tratam de policiamento comunitário e da atividade policial, que são os temas mais abordados, foi possível verificar que o tema atividade policial foi estudado, em sua maioria, pelos membros oriundos MP e TJ. O assunto despertou interesse dos discentes originários desses órgãos possivelmente pelo fato do grande crescimento das mortes perpetradas por policiais em suas intervenções diárias. De acordo com o Anuário brasileiro de segurança pública, edição 12,2018, 1.756 pessoas foram mortas em intervenções

policiais entre 2014 e 2017, isso representa um crescimento de 137% entre 2014 e 2017.

O referido Anuário também traz uma breve análise sobre as possíveis consequências da brutalidade policial. Em primeiro lugar, o uso exacerbado da força e da truculência policial, assuntos que foram amplamente discutidos nas dissertações. Por outro lado, a brutalidade policial é o elemento central que faz nascer um abismo de desconfiança (e muitas vezes de ódio) entre a comunidade a polícia, o que compromete qualquer possibilidade de cooperação e de efetividade do trabalho policial.

Por outro lado, quem mais estudou sobre o policiamento comunitário foram os discentes oriundos da própria polícia militar, isso demonstra os esforços que estão sendo feitos para melhorar a imagem da polícia militar baiana, aumentar sua capacidade de prestar serviços de alta qualidade aos cidadãos e prepará-la para fazê-lo de forma que seja consistente com os valores democráticos que os apoie. O sistema prisional e a mediação de conflitos também aparecem representando cerca de 9,75 % das produções cada um.

Passando para análise das dissertações produzidas pelo programa da Universidade Federal do Pará (UFPA), constatou-se que o assunto mais discutido foi a respeito da delinquência juvenil no contexto dos atos infracionais, medidas socioeducativas, reincidência e violência nas escolas. A delinquência juvenil representa 22,5 % das 31 dissertações produzidas no biênio 2016-2017. Em seguida, representando 19,3 % das produções, vem o tema relacionado aos fatores sociais e demográficos da violência, onde foram discutidos o perfil socioeconômico e racial das vítimas, influência da ocupação urbana para o aumento da violência e regionalização do novo cangaço. Temas como violência doméstica e atividade policial também apareceram com uma frequência menor, representando 9,6% e 6,4%, respectivamente, das dissertações.

Quanto às dissertações da Universidade Estadual do Amazonas (UEA), o assunto mais discutido foi a mulher, seja como vítima da violência (feminicídio, violência doméstica) seja como autora no cometimento de infrações penais (perfil socioeconômico, mulher no cárcere, gestação e saúde das presas), totalizando cerca de 25% das 20 dissertações produzidas no biênio 2016-2017. Outro tema interessante que também foi estudado pelos discentes foi sobre o linchamento, que apareceu em 15% das produções. Pelo menos 60 pessoas foram mortas por linchamento nos últimos três anos no Amazonas. A Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM) confirma 59 casos em Manaus desde 2015. Naquele ano, o órgão registrou 16 casos de linchamento. No ano seguinte, em 2016, foram 26 casos. Os casos diminuíram em 2017, quando 13 pessoas foram mortas. De janeiro a maio de 2018, a Secretaria de Segurança registrou quatro casos em Manaus.

Isso certamente motivou os estudiosos do curso de Mestrado em Segurança Pública a explorar esse assunto. Na revisão de literatura foi discutida a importância do Mestrado Profissional em Segurança Pública por sua relevância no cenário nacional das políticas sociais como substrato para preservar, sustentar e garantir os direitos fundamentais dos cidadãos; sua dimensão de instrumentalização essencial dos direitos numa determinada ordem política; sua contribuição para a sustentação pacífica do estado democrático de direito, dentre outros motivos.

O assunto delinquência juvenil torna a ganhar destaque como o principal assunto estudado na Universidade Vila Velha (UVV), representando cerca de 18% do total das 50 dissertações produzidas no referido biênio. Novamente o foco dos trabalhos foram nas medidas socioeducativas, violência nas escolas, vulnerabilidade e a contribuição da educação não formal para a prevenção da delinquência. Da mesma forma, o tema sobre violência de gênero também aparece como um dos assuntos

mais explorados, representando cerca de 14% dos trabalhos. E aqui mais uma vez o foco é no feminicídio, violência doméstica e familiar, com diferencial na abordagem da atuação dos profissionais que lidam com as mulheres vítimas de violência, bem como a implantação de centros de referências para apoio a essas vítimas.

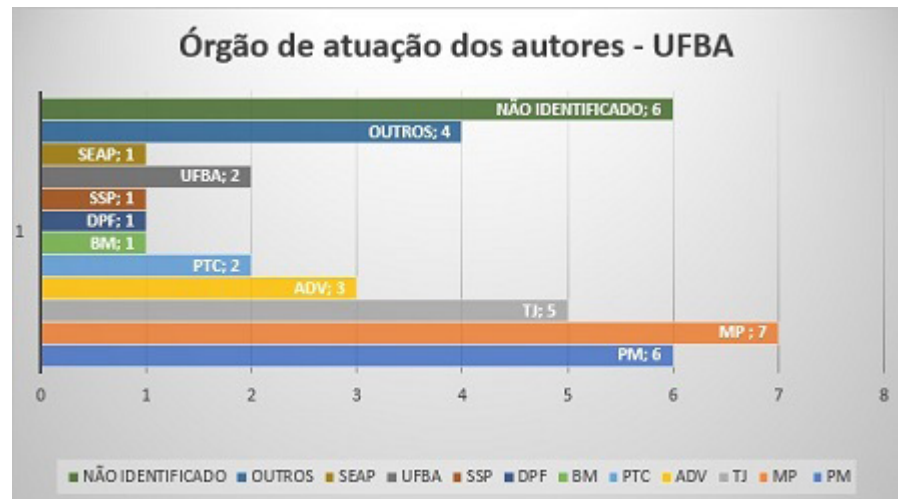
O planejamento urbano como fator colaborativo da melhoria da segurança pública também foi um tema que apareceu com certa frequência nas dissertações produzidas, contando com 12% das produções. E aí foram discutidos a importância de um bom plano diretor, a relação existente entre o número de homicídios e a segregação das pessoas que vivem em regiões das periferias, bem como o aumento da violência devido ao crescimento urbano desordenado.

Por fim, no que se refere a Universidade Estadual de Roraima (UERR), não foi possível fazer essa análise, visto que somente foram produzidas 02 dissertações no biênio, inviabilizando a extração dos temas.

Além da análise dos temas mais estudados pelos Mestrados Profissionais em Segurança Pública, o referido trabalho também tem por finalidade fazer o levantamento da localização geográfica dos autores dessas produções, bem como levantar o órgão onde esses autores exercem suas atividades profissionais.

Gráfico 2: Órgão de atuação dos autores - UFBA

Fonte: Plataforma Lattes, 2018.

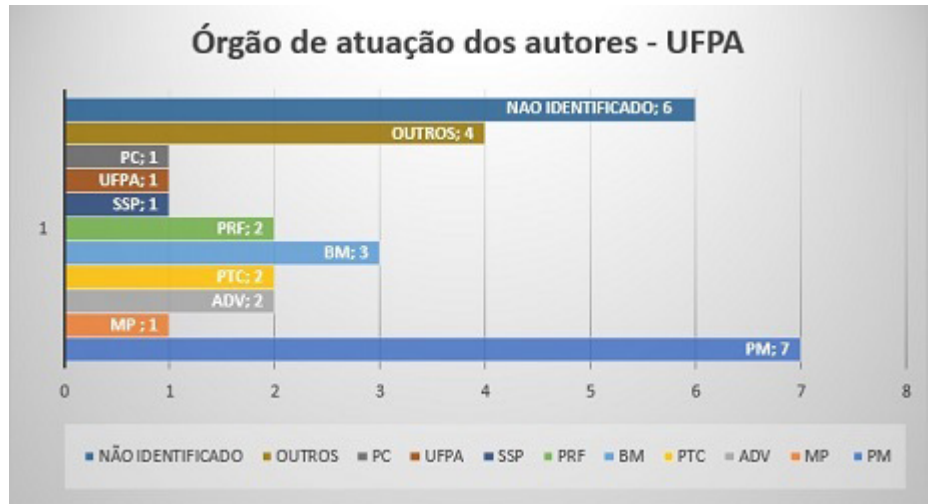


O que se verifica é que os discentes do Mestrado Profissional em Segurança Pública da UFBA são em sua maioria oriundos de órgãos da Segurança pública, Ministério Público e poder judiciário, além de advogados, professores universitários e funcionários de universidades, praticamente todos atuantes na própria unidade federativa. A maioria dos autores exercem suas funções no MP, PM e TJ, como são órgãos que trabalham diretamente com a segurança pública, isso demonstra a preocupação desses órgãos na qualificação de seus servidores para lidar com um assunto tão importante.

REBESP
v. 12, Especial
2019

Gráfico 3: Órgão de atuação dos autores - UFPA

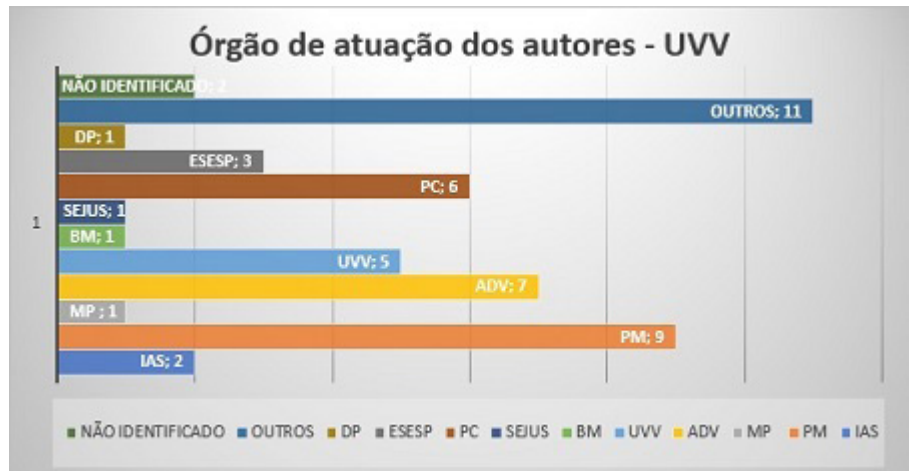
Fonte: Plataforma Lattes, 2018.



Passando para a análise dos autores das dissertações produzidas pelo Mestrado da UFPA é possível perceber a maioria dos discentes são oriundos da Polícia militar e da classe dos advogados. Foi grande também o percentual de órgãos de atuação não identificados, apesar disso é possível notar que os órgãos de origem dos discentes são uma sua grande maioria da área de segurança pública.

Gráfico 4: Órgão de atuação dos autores - UFVU

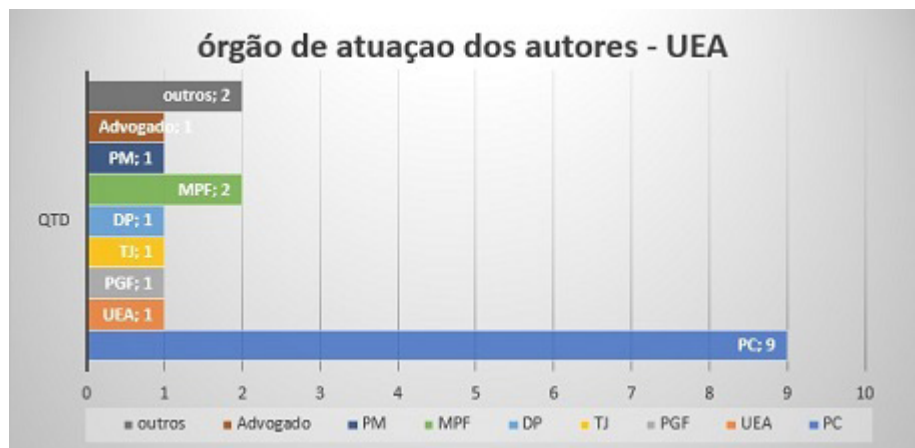
Fonte: Plataforma Lattes, 2018.



Na Universidade Vila Velha nota-se que é grande a quantidade de advogados realizando o Mestrado Profissional em Segurança Pública. A polícia militar sempre presente também tem uma expressiva participação. Na UVV, ao contrário dos anteriores houve muitos discentes oriundos da própria universidade fazendo o mestrado profissional. Aqui a polícia civil também teve uma significativa participação. Interessante notar que autores que exercem atividade profissional em universidades privadas, psicólogo, funcionários de municípios também estão investindo no Mestrado em Segurança Pública, estes incluídos na variável OUTROS.

Gráfico 5: Órgão de atuação dos autores - UEA

Fonte: Plataforma Lattes, 2018.



Na Universidade Estadual do Amazonas a maioria esmagadora dos discentes são oriundos da polícia civil, totalizando quase 50% dos autores, seguida pelo MPF que contou com 11% dos autores derivados desse órgão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura revisitada destacou que essa modalidade de pós-graduação surge justamente para enfrentar a carência da sociedade, mas especificamente de setores como a indústria ou mesmo setores da administração pública, já que atualmente a maioria das atividades desenvolvidas requer um grau de qualificação que só a graduação não é capaz de cumprir. Nesse sentido, os Mestrados Profissionais conseguem oferecer uma formação mais orientada, além de contribuir no processo de desenvolvimento de competências.

Após coleta e análise dos dados foi possível constatar que, atualmente, possuem 05 universidades que oferecem essa modalidade de pós-graduação. Os assuntos mais estudados pelos discentes dos Mestrados Profissionais em Segurança Pública variam de acordo com as especificidades de cada região em que estão localizados, a exemplo dos linchamentos no Amazonas. Porém, a maioria das dissertações tratam de assuntos que são amplamente discutidos em âmbito nacional como a atividade policial, delinquência juvenil e violência de gênero, mas sempre levando em consideração fatores locais.

Constatou-se também que a grande maioria dos discentes dos Mestrados em Segurança Pública são funcionários públicos oriundos de órgãos que têm ligação direta com a Segurança pública, isso demonstra a preocupação dos poderes na qualificação específica de seus servidores para lidarem com um assunto de tanta importância para a sociedade. As polícias militares foram os órgãos que mais forneceram alunos para os mestrados em estudo, seguida pela polícia civil. Membros do Ministério Público, Tribunal de Justiça e advogados também encaminharam alunos para os programas de Mestrado em Segurança Pública.

Referências

BARROS, E. C.; VALENTIM, M. C.; MELO, M. A. A. O debate sobre o mestrado profissional na Capes: trajetória e definições. *Revista Brasileira de Pós-graduação*, Brasília, DF, v. 2, n. 4, p. 124-138, jul. 2005. Disponível em: <<http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/84/80>>. Acesso em: 23 jul 2018.

BRANDÃO, Hugo P.; GUIMARÃES, Tomás A. Gestão de competências e gestão de desempenho: tecnologias distintas ou instrumentos de um mesmo constructo? *Revista de Administração de Empresas*, v. 41, n. 1, p. 8-11, 2001.

BRASIL. Parecer do CESU/MEC nº 977 de 3 de dezembro de 1965.

Portaria normativa do MEC nº 080 de 16 de dezembro de 1998.

Portaria normativa do MEC nº 7 de 22 de junho de 2009.

CARVALHO, Vilobaldo Adelídio de; SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 59-67, maio 2011. ISSN 1982-0259. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/5141449802011000100008>>. Acesso em: 31 jul.

2018. doi:<https://doi.org/10.1590/S1414-49802011000100008>.

Documento do Workshop Mestrado Profissional em Segurança Pública e Justiça Criminal, realizado pela CAPES, em 19 e 20 de abril de 2010. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/MestrProf_SegurancaPublica.pdf. Acesso em: 29 out. 2018.

FISCHER, T. Documento - Sobre Maestria, Profissionalização e Artesanato Intelectual. RAC, Curitiba, v. 14, n. 2, pp. 353-359, Mar./Abr. 2010.

FLEURY, A. C. C.; FLEURY, M. T. L. Estratégias empresariais e formação de competências. São Paulo: Atlas, 2000.

FONSECA, Edson Nery da. Bibliometria: teoria e prática. São Paulo. Ed. USP, 1986.

MARCELO, Júlia Fernandes. HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Estudo Bibliométrico Sobre a Produção Científica no Campo da Sociologia da Ciência. 2013.

PEREIRA, P. A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e de direito de cidadania. In: BOSCHETTI, I. (Org.). Política social no capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2009.

PRICE, Derek de Solla. O desenvolvimento da ciência: análise histórica, filosófica, sociológica e econômica. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1976.

PRITCHARD, A. Statistical bibliography or bibliometrics? Journal of Documentation, v. 24, n. 4, p. 348-349, 1969.

STEINER, J. E. Qualidade e diversidade institucional na pós-graduação brasileira. Estudos Avançados. Vol.19, 2005.

VANTI, Nadia Aurora. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual. 2002.

ZARIFIAN, P. Objetivo competência: por uma nova lógica. São Paulo: Atlas, 2001. p. 66.